



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL Nº 75/IX-2º/2007

(Moção “Maio de Esperança – Maio de Luta!”)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Abril de 2007, realizada no dia 26 de Abril de 2007, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção:

MOÇÃO

Por altura da celebração de mais um aniversário do 1º de Maio (o 33º em democracia), justifica-se um balanço à política do actual governo (que se encontra a meio do seu mandato), ainda que sucinto e direccionado ao mundo do trabalho.

Na campanha eleitoral, o então candidato a 1º Ministro José Sócrates surgiu determinado. A população acreditou no PS e deu-lhe a maioria absoluta. O programa do governo, da nova maioria dita socialista, afirmou pretender “tornar o trabalho um factor de cidadania... acabar progressivamente com a pobreza associada ao trabalho... reduzir as desigualdades sociais no mundo do trabalho... promover a cidadania laboral” comprometendo-se “no termo do primeiro ano de mandato, a lançar um livro branco sobre relações laborais”. Tudo ao contrário, como se pode constatar.

Na campanha eleitoral, o candidato José Sócrates tinha anunciado uma tal de “valorização da vida activa”. O que veio a seguir foi o aumento da idade de reforma e a diminuição do valor das pensões com a inovação “factor de sustentabilidade”, em função da esperança de vida.

O Sr. 1º Ministro José Sócrates recusou-se a discutir novos modelos de financiamento da segurança social. No governo, sem vacilações, fez seu o plano neoliberal, assumiu o Pacto de Estabilidade e Crescimento e as metas impostas por Bruxelas para redução do défice orçamental.



EDITAL Nº 75

As medidas de diminuição do Estado Social foram mais além do que as tomadas pelo governo conservador anterior. Com a demagogia do ataque aos privilégios, o 1º Ministro José Sócrates iniciou o encerramento de serviços públicos, aumentou taxas e impostos, reduziu direitos sociais.

A luta contra o desemprego transformou-se na luta contra os desempregados, acusados de serem os culpados da sua própria desgraça. A promessa da criação de 150 mil novos empregos é hoje uma miragem.

O Governo dirigido pelo Sr. 1º Ministro José Sócrates ocupou o espaço político da direita. Os trabalhadores sentiram os efeitos desta política e hoje vivem pior, com mais pobreza, desemprego e precariedade.

Em nome da salvação do Estado Social, este Governo iniciou a destruição desse mesmo Estado. O papel do Estado passou a ser essencialmente as funções de soberania. Vai passando a ideia que as funções efectivas de vínculo público passarão apenas a ser “para os que vierem a ocupar o cargo de oficiais das forças armadas, de polícias, guardas e investigadores, de magistrados e de diplomatas. Para os trabalhadores das restantes áreas, onde se destacam a Saúde, a Educação e a Justiça, todas as admissões se farão por via do contrato individual de trabalho, tal como acontece no sector privado”. A generalização da contratação individual, em nome da igualdade contratual na sociedade, significa a privatização das relações laborais e um auxílio à subcontratação das funções sociais do Estado. O Estado passa a pseudo-regulador de entidades que prestam “serviços de interesse geral”. O governo desencadeia, na verdade, um ataque ideológico neoliberal de destruição do papel do Estado, arrasando mesmo os símbolos da social-democracia do pós-guerra.

Para o governo foi mais fácil atacar os trabalhadores da função pública centrando a sua linha política no dogma de que “há funcionários públicos a mais”, os “privilegiados”, numa campanha ideológica de dividir para reinar.

O governo quer reduzir as despesas do Estado com os seus funcionários e com os serviços públicos. Os cortes na saúde, na educação, no subsídio de desemprego, o que seja, são todos para defender sistemas públicos, imagine-se! O governo especula com o medo social.



EDITAL Nº 75

Em cada dia que passa surgem novas medidas – cada uma mais gravosa que a anterior, cada uma mais à direita do que a anterior.

Portugal é um dos países da União Europeia em que o risco de pobreza é mais elevado, e está a regredir. Nos índices de desenvolvimento humano, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desceu para o 28º lugar e regrediu para a posição ocupada em 1999. As medidas de diminuição dos serviços públicos e de concentração no litoral agravarão ainda mais as precárias situações de vida.

Mas os problemas são ainda mais vastos. O endividamento das famílias é o mais grave de todos, o rendimento disponível dos portugueses é agora menor.

Aumentam as taxas moderadoras e aplicam-se agora também a cirurgias e internamentos, uma medida desumana contra o sentido do Serviço Nacional de Saúde. O pão, bem essencial e consumido especialmente pelos mais pobres, sofre um aumento de 20%. Aumenta o gás em 12%, e segundo dados de Bruxelas, temos o preço do gás 38% superior à média Europeia, o que significa que o preço do gás em Portugal é o mais caro da Europa. Aumentam os passes sociais 4,6% depois de o ano passado terem aumentado 7,5%. Aumenta a água em 2,1%. Aumentam as rendas das casas arrendadas e o valor dos empréstimos para habitação em mais 6%. Aumentaram os produtos petrolíferos mesmo quando o petróleo desceu. Aumenta a electricidade em 6%. A inflação contribui para o empobrecimento das famílias, problema agravado pela decisão do governo de subir o IVA para 21%.

O facto de Portugal assumir no âmbito da presidência da UE a possibilidade de realizar uma cimeira “social” extraordinária, sob a capa da flexi-segurança que trará à agenda a liberalização dos despedimentos e dos horários de trabalho sob o instrumento da respectiva directiva, é a prova de que a revisão secreta do código de trabalho só pode ser mais liberalização e desregulamentação dos direitos. Mais uma vez teremos a demagogia da necessidade de facilitar os despedimentos para criar postos de trabalho, apesar de – demonstram os recentes dados sobre a pobreza – a flexibilidade só facilitar o desemprego e aumentar a pobreza. A flexi-segurança é mais um embuste para enganar as pessoas, para fazer crer que os trabalhadores são os



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4

EDITAL Nº 75

culpados do desemprego e da instabilidade que lhes impõem, para tornar o trabalhador um braço directo da máquina que o patrão liga ou desliga em qualquer tempo, para aumentar a exploração do trabalho e a taxa de lucro.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de Abril de 2007, decide:

- 1) Congratular-se com o 33º Aniversário do 1º de Maio em Liberdade e saudar todos os munícipes e trabalhadores de Almada, assim como os seus órgãos representativos.
- 2) Solidarizar-se com todas as iniciativas, que promovam os direitos e garantias preconizados na Constituição da República Portuguesa, tais como o acesso universal ao trabalho, assente na estabilidade, protecção e igualdade social, contra a precariedade e pela justiça social.
- 3) Exortar à participação dos cidadãos de Almada nos actos comemorativos do Dia Internacional do Trabalhador.
- 4) Apelar à participação de todos os trabalhadores, homens e mulheres, na greve geral de 30 Maio. Só pela luta conseguiremos travar os desígnios do neo-liberalismo desenfreado, e defender o trabalho com direitos para todos!

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 27 de Abril de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)